



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
DECRETO Nº 216/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **ADDA TARRANTINI MARQUES** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003587-59.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003587-59.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **ADDA TARRANTINI MARQUES**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 016.848.739-08, matrícula 34-5, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.233 dias, correspondentes há 30 anos, 09 meses e 13 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	- Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.869,55
II	- Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	860,86
III	- Total da remuneração mensal	R\$	3.730,41
IV	- Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.730,41
V	- TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	44.764,92

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
DECRETO Nº 217/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **ELZA APARECIDA BIODERE DE CARVALHO** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003580-67.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003580-67.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **ELZA APARECIDA BIODERE DE CARVALHO**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 424.676.089-72, matrícula 169-4, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.201 dias, correspondentes há 30 anos, 08 meses e 11 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	- Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.955,63
II	- Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	886,68
III	- Total da remuneração mensal	R\$	3.842,31
IV	- Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.842,31
V	- TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	46.107,72

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
DECRETO Nº 218/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **CIDINEI DE CASTRO TAMAIO ZANINELI** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003582-37.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003582-37.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **CIDINEI DE CASTRO TAMAIO ZANINELI**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 453.165.629-68, matrícula 159-7, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.233 dias, correspondentes há 30 anos, 09 meses e 13 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	- Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.955,63
II	- Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	886,68
III	- Total da remuneração mensal	R\$	3.842,31
IV	- Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.842,31
V	- TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	46.107,72

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
DECRETO Nº 219/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **CLEIDE MANTOVANI SALICANO** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003576-30.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003576-30.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **CLEIDE MANTOVANI SALICANO**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 369.855.389-91, matrícula 161-9, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.225 dias, correspondentes há 30 anos, 09 meses e 05 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	- Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.955,63
II	- Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	886,68
III	- Total da remuneração mensal	R\$	3.842,31
IV	- Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.842,31
V	- TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	46.107,72

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
DECRETO Nº 220/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **SONILDA MARTINS** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003577-15.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003577-15.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **SONILDA MARTINS**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 395.656.619-04, matrícula 198-8, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.225 dias, correspondentes há 30 anos, 09 meses e 05 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	- Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.785,97
II	- Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	835,79
III	- Total da remuneração mensal	R\$	3.621,76
IV	- Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.621,76
V	- TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	43.461,12

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
DECRETO Nº 221/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **APARECIDA SOARES SANTANA** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003584-07.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003584-07.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última



remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **APARECIDA SOARES SANTANA**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 747.660.079-72, matrícula 155-4, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.201 dias, correspondentes há 30 anos, 08 meses e 11 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	-	Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.955,63
II	-	Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	886,68
III	-	Total da remuneração mensal	R\$	3.842,31
IV	-	Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.842,31
V	-	TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	46.107,72

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº 222/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **MARIA AUGUSTA DOS SANTOS BELANDA** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003579-82.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003579-82.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **MARIA AUGUSTA DOS SANTOS BELANDA**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 409.062.059-72, matrícula 193-7, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.233 dias, correspondentes há 30 anos, 09 meses e 13 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	-	Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.955,63
II	-	Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	886,68
III	-	Total da remuneração mensal	R\$	3.842,31
IV	-	Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.842,31
V	-	TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	46.107,72

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº 223/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **JANETE SILVA HACKL** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003593-66.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003593-66.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **JANETE SILVA HACKL**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 031.957.109-27, matrícula 188-0, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.201 dias, correspondentes há 30 anos, 08 meses e 11 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	-	Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.785,97
II	-	Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	835,79
III	-	Total da remuneração mensal	R\$	3.621,76
IV	-	Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.621,76
V	-	TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	43.461,12

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº 224/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **APARECIDA DE FATIMA BARION WESOLOWSKI** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003585-89.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003585-89.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **APARECIDA DE FATIMA BARION WESOLOWSKI**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 279.400.559-68, matrícula 121-0, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.233 dias, correspondentes há 30 anos, 09 meses e 13 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	-	Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.955,63
II	-	Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	886,68
III	-	Total da remuneração mensal	R\$	3.842,31
IV	-	Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.842,31
V	-	TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	46.107,72

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº 225/2020.

Concede Aposentadoria a senhora **IRACY VICENTE DE SOUZA** e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 67, inciso VII da Lei Orgânica do Município e: considerando o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003 e determinação Judicial dos autos n.º 0003588-44.2018.8.16.0040;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada por determinação judicial, dos autos n.º 0003588-44.2018.8.16.0040, com proventos integrais, calculados pela última remuneração, com paridade com os servidores em atividade e sem redutor, a senhora **IRACY VICENTE DE SOUZA**, devidamente inscrita no CPF sob n.º 699.770.899-49, matrícula 182-1, ocupante do cargo de professora, com lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Comunicação, Divisão de Ensino.

Art. 2º - O tempo de trabalho computado para a execução do cálculo de aposentadoria, na função de Magistério, é de 11.233 dias, correspondentes há 30 anos, 09 meses e 13 dias, para proventos integrais.

Art. 3º - Foi considerada, para o cálculo dos proventos integrais, a seguinte remuneração:

I	-	Vencimento do cargo efetivo (novembro 2020)	R\$	2.955,63
II	-	Adicional por tempo de serviço (anuênio) 30%	R\$	886,68
III	-	Total da remuneração mensal	R\$	3.842,31
IV	-	Cálculo dos proventos mensais (100%)	R\$	3.842,31
V	-	TOTAL DOS PROVENTOS ANUAIS	R\$	46.107,72

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de **01/12/2020**.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 03 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Replicado Por Incorreção

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2020

OBJETO: Contratação EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA

DE PEQUENO PORTE para prestação de serviços Continuados de Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia, (SCM), execução de infraestrutura de rede, e posterior serviço de acesso a rede mundial de computadores através de Link sob rede de fibra ótica.

VALOR MÁXIMO: R\$ 5.580,80 (cinco mil quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos)

EMISSÃO DO EDITAL: Quarta-Feira, 02 de dezembro de 2020

ABERTURA: Terça-Feira, 15 de dezembro de 2020 ÀS 09:00

LOCAL: Prefeitura Municipal de Altônia, Rua Rui Barbosa, 815 – sala 06 – Centro Altônia-PR

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

DO EDITAL: Será fornecido aos interessados cópias impressas ou cópias em mídia digital (pen-drive, CD, DVD, desde que fornecido pelo licitante) do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, aos licitantes que comparecerem no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Altônia, durante o período normal de expediente, até o dia da abertura do Pregão Presencial munidos do **Carimbo do CNPJ** da Empresa, ou Via Internet através do Site <https://www.altonia.pr.gov.br/>, na aba Licitações. Maiores informações, através do E-mail: licitacoes@altonia.pr.gov.br



Altônia-PR, aos 02 de dezembro de 2020
PREGOIEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
LEI Nº 1.759/2020 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Altônia, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Altônia, Estado do Paraná, para o exercício de 2021 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificadas nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta abrangendo os poderes Legislativo e Executivo, e, indireta constituída pelo Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de Altônia.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi alterado para adaptá-lo ao MANUAL TÉCNICO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 637 STN, de 18 de outubro de 2012.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei, constituem-se dos seguintes anexos:

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXO DE METAS FISCAIS

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 6º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e o Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais, obedecendo a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade.

Art. 8º - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos e os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 9º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 10º - O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e o Fundo de Aposentadoria dos Servidores Municipais.

Art. 11º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 12º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 13º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas em até 5%(cinco por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2020 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 14º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2020.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 15º - O Orçamento para o exercício de 2021 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 2,00% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 18º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 19º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 20º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e as voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 21º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.



Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 22º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 23º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 24º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 25º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 26º - Durante a execução orçamentária de 2021, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único - O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal poderão editar através de ato próprio, a execução Créditos adicionais suplementares em até 30% (trinta por cento) do valor total do orçamento previsto para o exercício de 2021.

Art. 27º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 28º - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2021 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29º - A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 30º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 31º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

Art. 33º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2020, acrescida de 8%(oito por cento), obedecido os limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 34º - A concessão de reajuste nos vencimentos dos servidores públicos municipais no exercício de 2021 terá como teto o percentual de 6%(seis por cento), obedecendo as disponibilidades orçamentárias e financeiras e o cumprimento dos limites estabelecidos no art. 20, III da LRF.

Art. 35º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 36º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37º - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 39º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 40º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 42º - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 43º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 45º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 04 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

PROJETO DE LEI Nº 032/2020

Autoriza o Executivo Municipal a Doar Imóvel do Município de Altônia, ao Estado do Paraná para uso da Secretaria da Segurança Pública - Polícia Civil, destinado à construção da Delegacia de Polícia Cidadã, desprovida de carceragem, com cláusula de reversão e dá outras providências.

CLAUDENIR GERVASONE, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve propor ao Legislativo Municipal o Seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a proceder a doação ao Estado do Paraná para uso da Secretaria da Segurança Pública, o imóvel especificado no Art. 2º desta Lei, com cláusula de reversão.

Art. 2º. O imóvel ora autorizado a ser doado ao Estado do Paraná para uso da Secretaria da Segurança Pública, é a Data de terras nº 1-A (um "A"), subdivisão das datas nºs 1 a 48, da Quadra nº 69(sessenta e nove), desta cidade, município e Comarca, com área de 1.318,00m², com as seguintes confrontações: "Ao Norte: Lote nº 1 a 48 Remanescente, medindo 60,00metros; ao Sul: Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, medindo 58:00 metros; ao Leste: Rua Princesa Isabel, medindo 20,00 metros. Ao Oeste: Lotes nºs 1 a 48 Remanescente, medindo 22 ,00 metros", imóvel este objeto da Matrícula nº 9.242 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Altônia, Estado do Paraná.

Art. 3º. A doação de que trata esta Lei, está condicionada à construção e instalação da Delegacia de Polícia Cidadã, desprovida de carceragem.

Art. 4º. O imóvel, objeto de doação desta Lei, não poderá ser destinado a outro fim se não a construção e instalação da Delegacia de Polícia Cidadã, desprovida de carceragem, sob pena de reversão.

Art. 5º. Caso o Estado do Paraná, não construa e instale a Delegacia de Polícia Cidadã, desprovida de carceragem, num prazo de 05(cinco) anos contados da publicação desta Lei, o imóvel, objeto de doação desta Lei revertirá por Decreto do Prefeito ao Município de Altônia.



Parágrafo Único – No caso de reversão do imóvel ao Município, não caberá ao donatário qualquer indenização, por eventuais benfeitorias ou construções feitas no imóvel.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar escritura pública de doação com cláusula de reversão, nos termos desta Lei, bem como, com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Vereador Pedro de Paiva, 23 dias do mês de novembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2020 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de “Playground” e “ATI” nos loteamentos urbanos que vierem a ser instalados em Altônia.

O Povo do Município de Altônia, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Todos os Loteamentos urbanos a serem criados em Altônia, deverão conter em seu projeto a instalação de um “playground” e de uma ATI (Academia da Terceira Idade), na forma prevista nos anexos da presente Lei, a serem instalados á expensas do Loteamento.

Art. 2º A área onde for instalado “playground” e a ATI (Academia da Terceira Idade) será computada como área institucional na forma da Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 04 dias do mês de dezembro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE
 Prefeito Municipal

